



21
241
Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 106065-7/01 – Comarca do Recife
Embargante: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU/Recife
Embargado: Roberto Trajano Anísio Campelo

5527

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. COLISÃO ENTRE VEÍCULOS EM RAZÃO DE MAU FUNCIONAMENTO DE SEMÁFORO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS TÃO SOMENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Inicialmente, no que tange à alegada violação ao art. 37, §6º, da CF/88, tem-se que a matéria restou suficientemente discutida no aresto embargado, porquanto o mesmo deixou expressamente consignado que, no caso em análise, era subjetiva a responsabilidade civil da empresa pública ora embargante diante dos danos decorrentes do acidente automobilístico ocasionado em razão do mau funcionamento de semáforo tombado pela mesma, não havendo, portanto, motivos para discorrer acerca do referido comando constitucional, visto que o mesmo trata da responsabilidade objetiva da Administração Pública. 2. No mais, quanto à arguição de que o ato danoso teria decorrido de caso fortuito e culpa da vítima e que o acórdão guerreado fora omisso em relação à aplicabilidade ou não da regra insculpida no art. 393, do CC, também não merece prosperar a tese do embargante, vez que, como bem assentado no julgado fustigado, restou comprovado que a colisão entre veículos narrada nos autos foi provocada por defeito nos semáforos existentes no local, que indicavam sinal verde para ambos os lados, como demonstram o Boletim de Ocorrência e o Laudo Pericial acostados respectivamente às fls. 09 e 10/17 dos autos de Apelação em apenso. 3. Assim sendo, não há que se falar em culpa concorrente da vítima, uma vez que a mesma trafegava em via onde o semáforo estava verde, e, neste caso, não seria



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

razoável exigir-lhe qualquer conduta diversa ou dever de diligência quanto ao provável surgimento de veículos provenientes de outras ruas. 4. Aclaratórios conhecidos apenas para fins de prequestionamento do contido nos arts. 37, §6º, da Cf/88 e 393 do CC, porém improvidos de forma unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 106065-7/01, em sessão realizada no dia 11 de 02 de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



23
242

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 106065-7/01 – Comarca do Recife
Embargante: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU/Recife
Embargado: Roberto Trajano Anísio Campelo

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Reexame Necessário em apenso que, no entender do embargante, incorreu em omissão ao dar provimento parcial à interposição para reverter o valor referente à condenação em danos materiais a uma liquidação por artigos e reduzir o *quantum* indenizatório fixado a título de danos morais para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Em suas razões, de fls. 02/05, assevera a embargante que o acórdão guerreado se omitiu no que diz respeito à inaplicabilidade da regra contida no art. 37, §6º, da CF/88, ao caso em tela, bem como quanto ao disposto no art. 393, do CC, que trata de caso fortuito, força maior e culpa de terceiros.

É o relatório.

Recife, 11 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



243

24
C

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 106065-7/01 -- Comarca do Recife
Embargante: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU/Recife
Embargado: Roberto Trajano Anísio Campelo

VOTO

Inicialmente, no que tange à alegada violação ao art. 37, §6º, da CF/88, tenho que a matéria restou suficientemente discutida no aresto embargado, porquanto o mesmo deixou expressamente consignado que, no caso em análise, era subjetiva a responsabilidade civil da empresa pública ora embargante diante dos danos decorrentes do acidente automobilístico ocasionado em razão do mau funcionamento de semáforo tombado pela mesma.

Como mencionado na decisão vergastada, a regra é que a responsabilidade patrimonial do Estado por ato omissivo, como na espécie, é subjetiva e depende da verificação do elemento culpa, fazendo-se necessária a demonstração da "falta do serviço", isto é, deve restar comprovado nos autos que o dano decorreu do não funcionamento do serviço ou então do funcionamento tardio ou ineficiente.

Desta forma, tendo em vista a aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva ao caso, não vislumbro motivos para discorrer acerca do art. 37, §6º, da CF/88, visto que o mesmo trata da responsabilidade objetiva da Administração Pública.

Tal dispositivo constitucional, portanto, não se aplica à hipótese vertente.

No mais, asseverou o recorrente que o ato danoso teria decorrido de caso fortuito e culpa da vítima e que o acórdão guerreado fora omissso em relação à aplicabilidade ou não da regra insculpida no art. 393, do CC.

Também não merecem prosperar estas alegações.

Com efeito, como bem assentado no julgado fustigado, restou comprovado que a colisão entre veículos narrada nos autos foi provocada por defeito nos semáforos existentes no local, que indicavam sinal verde para ambos os lados, como demonstram o

04 - ED 106065-7/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Boletim de Ocorrência e o Laudo Pericial acostados respectivamente às fls. 09 e 10/17 dos autos de Apelação em apenso.

Assim sendo, não há que se falar em culpa concorrente da vítima, uma vez que a mesma trafegava em via onde o semáforo estava verde, e, neste caso, não seria razoável exigir-lhe qualquer conduta diversa ou dever de diligência quanto ao provável surgimento de veículos provenientes de outras ruas.

Neste diapasão, colaciono precedente jurisprudencial do STJ que se amolda perfeitamente ao caso em apreço, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CONDUTOR DO VEÍCULO. OMISSÃO DO ESTADO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. CULPA DEMONSTRADA NA ESPÉCIE. ACIDENTE DE VEÍCULOS EM CRUZAMENTO. SEMÁFORO DEFEITUOSO. CULPA CONCORRENTE DO MUNICÍPIO E DO MOTORISTA QUE TRAFEGAVA NA VIA EM QUE O SINAL ESTAVA INOPERANTE. AUSÊNCIA DE CULPA DO CONDUTOR DO VEÍCULO QUE TRANSITAVA PELA RUA EM QUE O SEMÁFORO ESTAVA VERDE. "Tem legitimidade ativa ad causam para o pleito o motorista que se achava ao volante do veículo quando do evento e padeceu o prejuízo dele advindo, pois detém a posse do veículo e pode responsabilizar-se perante o proprietário" (AGA 556.138/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 5.4.2004). **No campo da responsabilidade civil do Estado, se o prejuízo adveio de uma omissão do Estado, ou seja, pelo não funcionamento do serviço, ou seu funcionamento tardio, deficiente ou insuficiente, invoca-se a teoria da responsabilidade subjetiva.** Na espécie, a colisão entre os veículos, ocorrida no cruzamento entre duas ruas, deveu-se ao fato de que um dos semáforos do cruzamento estava verde e o outro, inoperante; ausente qualquer sinalização sobre o defeito no semáforo. Assim, como bem enfatizou a Corte de origem, "evidente a responsabilidade do Município pelo dever de conservar a sinaleira em regular estado de funcionamento. No caso dos autos, deveria ter providenciado alguma indicação do defeito que tornou inoperante o semáforo, porquanto há notícia de que dois outros acidentes ocorreram no mesmo local, fato que não é impugnado na contestação" (fl. 122). In casu, portanto, restou caracterizada a culpa do Município recorrido ao não ter colocado sinalização evidenciando que naquele cruzamento um dos semáforos não estava acionado. Não se deve deixar de considerar, contudo, que o recorrente Jorge Luiz Lourenço deveria ter sido atento ao cruzar a rua, uma vez que o sinal não estava operante e naquele local não há vias preferenciais devido à existência dos dois sinais. Dessa forma, quanto a esse recorrente, deve ser mantido o raciocínio da Corte Estadual de que "há concorrência de culpas: a do motorista por atravessar o cruzamento simplesmente ignorando a ausência da sinalização que ali deveria existir, a da Municipalidade em decorrência de omissão



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

que permitiu e contribuiu para um tal proceder" (fl. 123). Fincado nessa premissa, **cumpra dar provimento in totum ao recurso no que concerne ao pedido de danos materiais de Anilto Klein de Oliveira, uma vez que quando do acidente trafegava na via em que o semáforo estava verde, não lhe sendo cobrado qualquer dever de diligência quanto ao provável surgimento de veículos provenientes das outras ruas.** Recurso especial provido em parte, para condenar o Município de Canoas/RS ao pagamento de danos materiais a Anilto Klein de Oliveira, no valor do menor orçamento juntado aos autos (REsp 716250 / RS, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 21/06/2005). **grifos nossos**

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento do contido no art. 37, §6º, da CF/88, e 393 do CC, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 11 de 01 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator